



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Avenida Aristeu de Andrade nº 377 - Bairro Farol - CEP 57051-090 - Maceió - AL

## TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO** – Aquisição de **material de consumo – material de TIC (3390.30.17)**, conforme especificações discriminadas no anexo I.

A Aquisição está prevista no PAC 2020 -SEALMOX - JCGA - MATERIAL DE CONSUMO - MATERIAL DE TIC - 0633249

2. **JUSTIFICATIVAS** – Fornecimento de material às Unidades da Justiça Eleitoral em Alagoas, para manutenção de suas atividades.

3. **ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO TÉCNICA** – A(s) empresa(s) vencedora(s) no processo de licitação deverá fornecer produto de boa qualidade.

4. **ESTRATÉGIA DE COMPRA** – Sugerimos que a aquisição ocorra através de pregão eletrônico, para o exercício de 2020, tipo **menor preço por item, com ARP**.

### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Fornecer itens novos, de boa qualidade e em absoluta conformidade com o termo de ref., edital de licitação e anexos respectivos.

5.2 – Substituir, às suas expensas, as divergências eventualmente encontradas, no prazo máximo de 10 dias corridos.

5.3 – O material/produto constante do Anexo I deste Instrumento, deverá obrigatoriamente estar acondicionado em embalagens de boa qualidade, não danificadas, originais da linha de fabricação de cada empresa, sendo vedada a utilização de etiquetas por parte da empresa fornecedora.

5.4 – As embalagens deverão conter todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes.

5.5 – Deverão estar impressas em cada embalagem, **conforme o caso**, as seguintes informações:

5.5.1 – especificações do material, marca, peso líquido, data de fabricação e vencimento ou período de validade

5.5.2 – registro no órgão competente, devidamente atualizado.

5.5.3 – registro no Ministério da Saúde.

5.5.4 – número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC).

5.6 – As embalagens dos materiais/produtos deverão estar de acordo com a legislação vigente.

5.7 – **Indicar endereço eletrônico (*email*) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pelo TRE/AL.**

5.8 – Serão considerados válidos todos os expedientes enviados por email ao endereço eletrônico indicado pelo fornecedor, **inclusive as Notas de Empenho.**

**6. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA – 30 dias corridos** contados do **recebimento da Nota de Empenho por e-mail**, na Seção de Almoxarifado do TRE/AL, situado na **Avenida Menino Marcelo, 7200-D, Bairro Serraria, Maceió/AL, CEP 57083-410**, no horário das 08 às 18 horas de segunda a quinta e entre 7:30 e 16:00 horas às sextas-feiras.

**7. VERIFICAÇÃO DO MATERIAL – Em até 5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório da nota fiscal. Constatada a adequação às exigências deste Tribunal, o material será recebido definitivamente.

## **8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A licitante contratada, durante a execução da contratação, ficará sujeita a aplicação de multa de mora e convencional, variável de acordo com a gravidade dos casos a seguir:

a) 0,5% por dia, e por ocorrência, sobre o valor do(s) item(ns) entregue(s) em atraso injustificado, limitada a incidência a 5 dias de atraso. Após o 5º (quinto) dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do(s) objeto(s), recaindo sobre este(s) a multa constante na alínea “d”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,25% por dia, sobre o valor do(s) item(ns) entregues em desconformidade, caso o prazo de substituição daqueles assim configurados não seja cumprido, limitada a incidência a 5 (cinco) dias de atraso injustificado. Após o 5º (quinto) dia será considerada inexecução parcial do contrato;

c) 7,5% sobre o valor do(s) item(ns) entregue(s), em caso de inexecução parcial da obrigação assumida, assim considerado o atraso na entrega do objeto por período superior ao previsto na alínea “a”, bem como, a extrapolação do prazo máximo de atraso injustificado estabelecido na alínea “b”;

d) 20% sobre o valor dos itens não entregues da Nota de Empenho;

e) As multas de mora e convencional por inexecução parcial, quando aplicadas de forma isolada ou concomitante não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato celebrado.

f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

## 9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO – Seção de Almoxarifado.

**10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE** - Exigimos que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, e que estejam em conformidade com o Art. 5º, incisos I a IV e seus parágrafos, da IN Nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - MPOG



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA WANDER DE OLIVEIRA MELO, Chefe de Seção**, em 20/01/2020, às 19:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0606162** e o código CRC **231131AE**.